

# Quebra do Nacional ameaçou Real

■ Fernando Henrique diz que país correu o risco de se transformar numa Venezuela

Brasília — Josemar Gonçalves



O presidente Fernando Henrique decretou a indisponibilidade dos bens da família Magalhães Pinto, atingindo sua nora: "Se eu não fizesse isso, diriam que eu estava acobertando"

O presidente Fernando Henrique acha que existem dificuldades políticas a serem superadas. E o que torna mais lento o processo é que essas forças, ao mesmo tempo em que não são capazes de se modernizar, detêm um poder que o presidente não ignora. Ele acha, inclusive, que com a base política que tem, foi um milagre a estabilização ter sobrevivido.

As divergências na equipe econômica não incomodam o presidente. Ao contrário, servem de contraponto para suas decisões. Fernando Henrique convive bem com as opiniões diferentes quanto à questão dos juros e câmbio e sua repercussão no crescimento econômico. De uma coisa, contudo, não abre mão: não colocará a estabilidade da inflação em risco, em hipótese alguma.

## O momento mais perigoso para o Real foi em outubro, quando ficou clara a falência do Banco Nacional.

Se há uma convicção de uma facção da equipe com a qual o presidente não compartilha, é a de que a alta dos juros comprometeu a política fiscal no ano passado. Seu argumento é simples: os juros estão elevados há muitos anos e nem por isso houve déficit no passado. Ao contrário: o governo conseguiu, à exceção do ano de 95, resultados superavitários.

E, ao baixar as taxas de juros, resolve dois problemas: desestimula o ingresso de dólares no país e injeta algum ânimo nas empresas.

Quanto à política cambial, a linha de defesa do Palácio do Planalto é a mesma do Banco Central. As exportações vão muito bem, as importações só cresceram porque o governo quis patrocinar a abertura econômica e não há ninguém pedindo desvalorização. O momento mais perigoso para o Real, segundo o presidente, ocorreu em outubro, quando ficou clara a falência do Banco Nacional. O Brasil não soube, mas, em outubro, o Plano Real esteve seriamente ameaçado. Há cinco meses, quando a quebra do Nacional veio à público, o plano de estabilização por muito pouco não fracassou. Se não houvesse uma solução rápida — que acabou sendo a incorporação do Nacional pelo Unibanco —, o resultado certamente teria sido uma quebra geral, por causa da corrida para a retirada dos depósitos. O efeito em cadeia, nos outros bancos, seria devastador.

O país, segundo as avaliações feitas agora pelo presidente, passou por um risco concreto de ver repetido aqui o que houve na Venezuela. Lá, o sistema bancário entrou em falência geral. Se isso acontecesse aqui, a inflação, a partir de outubro, com certeza começaria seu caminho de volta e, com ela, uma grave crise econômica, cujo preço final seria a derrota da estabilização.

Aquela altura, o Econômico já estava quebra-

do, o Banespa permanecia há quase um ano sem solução e a boataria a respeito da quebra de outras instituições fortes tomava conta da sociedade. Ou seja, todas as circunstâncias indicavam que uma posição vacilante colocaria tudo a perder. Pelo raciocínio de Fernando Henrique, o país conseguiu atravessar a fase aguda. Por isso, ele acha que o pior já passou e afasta qualquer possibilidade de existirem ameaças ao plano econômico.

O presidente contabiliza como sinal forte de que houve uma travessia sem traumas definitivos o fato de que os correntistas do Banco Nacional mantiveram suas contas normalmente. Outros bancos de grande porte passaram por dificuldades. O Bamerindus, por exemplo, estava com problemas de desequilíbrio patrimonial, mas adotou a saída que o presidente considera correta: está vendendo participações em outras empresas e vai se desfazer da Inpapel (produtora de papel e celulose).

A montagem do sistema financeiro nunca foi transparente, mas a limpeza será fiscalizada pela sociedade. Fernando Henrique defende alterações no sistema financeiro, através da regulamentação do artigo 192 da Constituição, e credita a seu governo a iniciativa de não mais acobertar as fragilidades e fraudes cometidas pelos bancos, sob o patrocínio do sigilo bancário. "Não estamos tapando o sol com a peneira", diz o presidente, quando justifica sua posição — não de culpado pelas mazelas que vêm de longe, mas de responsável pelo saneamento e reorganização do sistema

financeiro.

A situação é resultado da postura de governos anteriores — que mascaravam a evidência dos balanços maquiados, abafavam as falcatruas e determinavam arbitrariamente as soluções, sempre carentes de transparência. Além disso, havia a inflação, que encobria tudo. Ainda como ministro da Fazenda, Fernando Henrique lembra muito bem que avisou aos banqueiros: "Com a estabilização, quem não se ajustar vai quebrar". Hoje, ele reconhece que nem mesmo os bancos oficiais estavam prontos para viver em regime de inflação baixa.

O Ministro da Fazenda e a diretoria do Banco Central continuam tendo, por parte do presidente, apoio irrestrito e incondicional. Fernando Henrique não teme os resultados dos depoimentos que a diretoria do Banco Central fará no Congresso, na terça-feira, e acha que o caminho a ser adotado deve ser um só: "Falar a verdade sem medo nem insegurança".

Absolutamente tranqüilo quanto aos desdobramentos desta crise, Fernando Henrique não se considera pessoalmente atingido pelo fato de sua nora Ana Lúcia ser da família Magalhães Pinto, dona do Banco Nacional. "Se eu não fizesse o que fiz e que era necessário, determinando a indisponibilidade dos bens dos acionistas, diriam que eu estava acobertando."

Os políticos tradicionais não levam em consideração o mercado. Achar que é tudo uma questão de decisão política. Existe, é inegável, uma dificul-

dade objetiva de compartilhar as ações tecnicamente necessárias com a administração das relações políticas. Os atritos produzidos pela intervenção do Banco Central no Econômico, por exemplo, ainda não estão resolvidos e colocam o governo diante de um impasse por enquanto sem solução.

O senador Antônio Carlos Magalhães quer, em síntese, dar uma resposta política à Bahia, com a abertura das agências. O governo, no entanto, não tem como fazer isso, sem que alguém assuma o Econômico. E as negociações com o Excel estão sendo prejudicadas pelas exigências consideradas absurdas pelo Banco Central.

## A montagem do sistema financeiro nunca foi transparente, mas a limpeza será fiscalizada pela sociedade.

Para Fernando Henrique, essa situação é emblemática, pois mostra que os políticos brasileiros não levam em consideração o mercado e acreditam que tudo é uma questão de decisão política.

A sindicalização e a estabilidade do funcionalismo minaram o Estado. É preciso poder demitir. Inúmeras crises enfrentadas por Fernando Henrique, neste pouco mais de um ano de governo, foram produzidas dentro da máquina esta-

tal. O Planalto tem um diagnóstico definido sobre a situação. Embora o dismantelo e o descompromisso do funcionário público com o governo seja geral, existem nichos em que o problema é mais grave.

Como exemplos: a Polícia Federal — que produziu a crise do grampo; a Receita — que derrubou o secretário Milton Dallari; e o Banco Central — que lançou suspeitas sobre seu então presidente Pêrsio Arida, há um ano, na mudança do câmbio. Isso quer dizer que, depois de muitos anos em que a máquina ficou sujeita a acobertamentos dentro do próprio governo, resolveu-se tomar a iniciativa de denunciar à imprensa e não à autoridade. "Todo mundo passou a ser xerife por conta própria", resume o presidente, em suas análises sobre o assunto. Não há obediência nem lealdade.

Tudo isso dá à oposição a oportunidade de usar politicamente a máquina administrativa. A solução não depende deste ou daquele ministro, na opinião do presidente. Por isso mesmo, ele não acredita em ações isoladas. Só a reforma do Estado será capaz de fornecer as condições para o governo recuperar o controle sobre o aparelho estatal.

O instrumento fundamental de que o governo precisa, para isso, é o fim da estabilidade para o funcionalismo público. "É preciso poder demitir", tem repetido o presidente.

(Claudia Safatle e Rosângela Bittar)



"Malan e Loyola continuam tendo apoio irrestrito e incondicional"